

Sarney vai definindo o programa político

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney reúne hoje o conselho político do governo. Com o ministro da Justiça, o chefe do Gabinete Civil, os líderes do PMDB e do PFL na Câmara e no Senado, o líder do governo no Congresso e, talvez, os presidentes dos dois partidos que formam a Aliança Democrática, examinará a estratégia para o calendário eleitoral. Serão confirmadas as eleições para prefeito das capitais dos Estados, este ano, bem como examinadas as reformas propostas pela comissão interpartidária que, no Congresso, elaborou o elenco de alterações na lei eleitoral, no estatuto dos partidos políticos e na Constituição. É provável que o conselho político aceite as sugestões, até mesmo quanto ao voto dos analfabetos.

A partir de agora, o conselho político se reunirá duas vezes por semana, às terças e às quintas-feiras, no Palácio do Planalto. Durante o período de interinidade de Sarney, ele preferiu não participar, ficando a coordenação dos encontros a cargo de Fernando Lyra, no Ministério da Justiça. Tornando-se sucessor, não mais substituto, o presidente conduzirá daqui por diante as reuniões. A dúvida que ontem persistia era sobre a presença ou não de Ulysses Guimarães e de Jorge Bornhausen, por conta de uma situação singular: sendo presidente do PMDB, Ulysses é também o presidente da Câmara. Seria natural incluir um dos chefes do Poder Legislativo em encontro específico das forças que apóiam o governo? Mas como deixá-lo de fora, se é o dirigente da maior força de sustentação da Aliança Democrática e do governo?

O conselho político reafirmará, no estudo do calendário eleitoral, a convocação da Assembleia Nacional Constituinte, a ser eleita em 1986 e instalada nos primeiros dias de 1987. Hoje também deverá ficar pronto o documento que estabelece a Comissão Constitucional, levado ontem por Fernando Lyra a José Sarney. A seleção de seus integrantes demorará um pouco, sabendo-se apenas que Afonso Arinos já está convidado para presidir-lá. Serão perto de 50 participantes, entre juristas de alto gabarito, políticos e representantes de associações. O presidente Tancredo Neves havia selecionado perto de 25 nomes, e José Sarney os manterá, devendo, em paralelo, indicar outros. No mais breve prazo possível, ainda em maio, a Comissão Constitucional se instalará solenemente, em Brasília. Estão previstas apenas duas ou três reuniões plenárias, de todos os seus membros. Uma no Rio, outra em São Paulo e uma terceira possivelmente em Recife. A rotina dos trabalhos do grupo não prevê mais encontros amplos, porém setoriais, dos subgrupos que Afonso Arinos definirá, para o exame dos diversos capítulos do anteprojeto da nova Constituição. O trabalho não exige pressa, muito menos apodamento. Mesmo tendo representantes de diversas associações de classe, como a Ordem dos Advogados, a Associação Brasileira de Imprensa, a CNEB, o empresariado e os sindicatos, a Comissão Constitucional convocará pessoas e solicitará a colaboração das entidades que falam pelo meio social. Disporá do ano em curso e do próximo para trabalhar.

Um tema a prender daqui por diante a atenção do conselho político será o de como despertar a Nação para o debate sobre a nova Constituição. Não bastam a comissão de

alto nível, nem os participantes das diversas associações de classe. O debate precisaria ampliar-se no âmbito popular. Se vai ser preciso convencer a opinião pública de que a Constituinte não representa a panacéia universal, nem a "Pomada Maravilha", que dá solução para todos os males, importará também colher nas bases quais as maiores necessidades e preocupações nacionais. O encaminhamento das questões institucionais parece pacífico. Dúvidas inexistem de que a grande maioria prefere o presidencialismo, as eleições presidenciais diretas, os mandatos de menos de seis anos, a volta das prerrogativas do Congresso, o fim das emergências, dos decretos-letis e do decurso de prazo. Bem como a reafirmação dos direitos e garantias individuais. Mas o que dizer da ordem econômica e social? Que reformas devem ser implantadas nesses dois setores?

A campanha para as eleições do ano que vem terá característica singular. A motivação dos candidatos será para propostas concretas e eles deverão apresentar fórmulas e soluções ao eleitorado, tanto quanto receber dele diretrizes e linhas gerais. O poder econômico, o poder estatal, a corrupção e a demagogia certamente se farão representar nas campanhas, mas, dessa vez, o espaço se ampliará também para o voto doutrinário e ideológico.

Uma decisão tomada entre o presidente e o ministro da Justiça, ontem, em despacho prolongado, pela manhã, traduziu-se em portaria assinada à tarde por Fernando Lyra, da qual o conselho político tomará conhecimento. Em todos os Estados, os procuradores da República lá sediados funcionarão como núcleo ou primeira instância para o recebimento de reclamações contra lesões praticadas na área dos direitos humanos. Eles poderão tomar logo providências, dentro de suas atribuições, encaminhando as queixas para Brasília, onde fica o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, a ser reformulado brevemente. O importante, para Fernando Lyra, é que o cidadão comum possa ter um canal imediato para fazer valer seus direitos, sempre que eles forem desrespeitados.

O conselho político do governo não funcionará como um poder paralelo ou condomínio restrito, mas debaterá todos os assuntos políticos do momento, sem restrições. José Sarney pretende aferir os rumos e conduzir os temas institucionais baseado na opinião de seus integrantes.

Não há hipótese de vir a ser levantada a questão da antecipação das eleições presidenciais. Firmou-se uma espécie de jurisprudência política de que só a Assembleia Nacional Constituinte será soberana para decidir a respeito, em 1987. A preocupação das forças que integram a Aliança Democrática é consolidar José Sarney no poder e solidificar o entendimento entre o PMDB e o PFL. Uma espécie de restrição ditada pelos fatos e as circunstâncias já se desenvolve, precisamente para evitar o que setores mais extremados gostariam de promover, a escolha direta de outro presidente da República conjuntamente com a escolha dos constituintes, em novembro do ano que vem. Modificação dessa envergadura exigiria no mínimo emenda constitucional, ou seja, o apoio de dois terços de deputados e senadores. Como os apodados não contam sequer com 10% do Congresso, o mais que poderão fazer é agitar o problema.

C.C.